

FEIRA DE SANTANA E SUA RELAÇÃO COM A FEIRA LIVRE DO CENTRO: GLÓRIA, DECLÍNIO E RESISTÊNCIA

SARA SOARES
COSTA

 sara.costa.mamona@gmail.com

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Baiano,
Governador Mangabeira,
BA, Brasil

*Feira de Santana and its Relationship with the Centro Urban
Street Fairs: Glory, Decline, and Resistance*

RESUMO

Este artigo apresenta análises sobre a origem do município de Feira de Santana – cidade do interior da Bahia que surge a partir de uma feira livre e do gado –, em sua vinculação histórica com a feira livre, desnudando os caminhos percorridos por aquela prática social que experimentou, em sua trajetória, a glória e o posterior declínio, fundamentado em ideais Desenvolvimentistas e de Colonialidade, mas que segue (r)existindo. A metodologia combinou a pesquisa bibliográfica e documental, tendo livros e pesquisas como referências e a coleta de matérias de jornais para uma análise de documentos de primeira mão. Algumas notas de campo, coletadas durante pesquisa doutoral, também foram utilizadas. Os resultados apontam para construções históricas que favoreceram a manutenção da feira livre e conferiram um certo prestígio àquela prática social, num determinado momento, sendo facilmente abandonada, negligenciada e perseguida em outro contexto histórico. As conclusões apontam aspectos positivos e negativos observados na história de Feira de Santana, perpassando aquela prática social, sendo necessário frisar a perpetuação de alguns destes aspectos enquanto produtores de exclusão ou conferindo significado, identidade e valores positivos à feira livre realizada no passado e que segue permanecendo nas ruas Centrais daquele município.

Palavras-chave: Feira de Santana; feiras livres; origens históricas; compreensão do processo histórico.

ABSTRACT

This article analyzes the origin of the municipality of Feira de Santana—a city in the countryside of Bahia that arises from an open-air and cattle market—, in its historical connection with the urban street fairs, laying bare the paths taken by that social practice that has experienced, in its trajectory, glory and subsequent decline, based on Developmentalist and Colonial ideals, but which continues to (r)exist. The methodology combined bibliographic and documentary research, using books and research as references and collecting newspaper articles for first-hand document analysis. Some field notes, collected during doctoral research, were also used. The results point to historical constructions that favored the maintenance of the urban street fairs and gave a certain prestige to that social practice, at a certain moment, being easily abandoned, neglected and pursued in another historical context. The conclusions point to positive and negative aspects observed in the history of Feira de Santana, permeating that social practice, and it is necessary to highlight the perpetuation of some of these aspects as producers of exclusion or giving meaning, identity and positive values to the urban street fairs held in the past and which continues to remain on the Central streets of that municipality.

Keywords: Feira de Santana; urban street fairs; historical origins; understanding of the historical process.

Feira de Santana e suas origens

Um dos historiadores citados na historiografia dominante sobre o surgimento de Feira de Santana é Poppino (1968). Segundo este autor, Feira de Santana teve origem a partir da Fazenda Santana dos Olhos D'água, pertencente ao casal cristão Domingos Barbosa de Araújo e sua esposa Ana Brandão, de origem supostamente portuguesa. O casal teria se instalado na localidade por volta do século XVIII; apesar do local já pertencer à Comarca de Cachoeira desde o final do século XVII, a história ignora o ocorrido no período anterior aos Araújo/Brandão. Na versão de Poppino (1968), e de outros historiadores tradicionais, Feira de Santana ergue-se em torno daquela fazenda; de uma igreja erigida pelos proprietários para devoção à Senhora Santana e São Domingos; e, de uma feira (livre e de gado) consolidada na região, por onde passava uma estrada de bois.

Porém, a historiografia mais atual de Feira de Santana indica sua origem no século XVII, com uma sesmaria¹ da família Peixoto Viegas, compreendendo as terras de Itapororoca, Jacuípe e Água Fria. Após a morte de João Peixoto Viegas, o neto, por volta de 1732, as terras teriam sido divididas em fazendas, por herança, tendo sido a Fazenda Santana dos Olhos D'água adquirida pelo casal, provavelmente no início do século XVIII (Andrade, 1990).

Durante o Brasil Colônia, o governo português esperava consolidar a conquista das terras do Brasil através do povoamento, resultando na divisão do território em capitanias. Esse método favorecia o governo português, pois atendia várias demandas: garantia a posse da terra, evitando invasões de outros países; mantinha a extração vegetal, do pau-brasil, e aumentava o plantio de cana-de-açúcar, em virtude de haver a obrigatoriedade de cultivar a terra, sob pena de devolução à coroa em caso de descumprimento; fundava povoados; arrecadava recursos de dízimos e impostos cobrados aos colonos que exploravam as terras por concessão, através das Sesmarias, e ainda cuidavam localmente da justiça.

Os donatários, como eram chamados os capitães-governadores das capitanias, recebiam por doação do Rei de Portugal a posse das terras, as riquezas por elas geradas, além de “[...] jurisdição civil e criminal” (Andrade, 1990, p. 22). Eles eram responsáveis por dividir as terras somente entre os cristãos residentes na Colônia. Esta divisão, através das Cartas de Sesmaria, concedia a posse das terras e algumas obrigações legais, além de prestígio social, poder e regalias. Como precisavam fazer a terra produzir, os sesmeiros dispunham de recursos financeiros, e após um tempo determinado, poderiam dispor das terras conforme sua vontade. Quem empreendia guerra aos indígenas também poderia requerer uma Sesmaria à Lisboa.

Na Bahia, o apossamento foi outra forma de adquirir as terras, deixando duas famílias donas de tudo nas primeiras décadas do século XVI, os dois latifundiários, criadores de gado e sesmeiros Francisco Dias D'Ávila, da casa da Torre, herdeiro da fortificação em forma de castelo construída no período entre 1600 e 1624 por Garcia D'Ávila, patriarca da família, para os proteger dos ataques inimigos – o castelo está no local conhecido, atualmente, como Praia do Forte, município de Mata de São João (Freitas, 2014) –, e Antônio Guedes de Brito, da casa da Ponte, que construiu sua fortificação, onde hoje está localizado o município de Morro de Chapéu, com o objetivo de dar segurança aos moradores durante as disputas sangrentas para povoamento do Sertão (Freitas, 2014). Os Dias D'Ávila e os Guedes de Brito ampliaram suas Sesmarias exponencialmente. Para se ter uma ideia, em 1697, uma Sesmaria deveria ter 03 léguas quadradas, porém a Casa da Torre possuía 260 léguas e a Casa da Ponte 160 léguas.

Naquela época, a pecuária constituiu-se como uma importante forma de ocupação territorial. Posteriormente, iria ser complementada com o plantio de fumo em função do uso do couro para acondicionar o produto. Como o gado concorria com o plantio da cana-de-açúcar, plantada em larga escala no litoral e recôncavo baiano durante o Brasil Colônia, a criação de animais acabou sendo direcionada para o sertão baiano e para longe da cana-de-açúcar, que, por servir de alimento para a criação, acabava causando prejuízos ao plantio (Lopes, 2009). Expulsa do litoral e recôncavo, a criação de gado cumpriria o importante papel de desbravar os sertões, fazendo surgir a figura do fazendeiro de gado, suas fazendas e os povoamentos no entorno. O sertão despovoado, conforme Carta Régia de 1699, representando prejuízos para desenvolvimento da Colônia, ganhou outras possibilidades (Andrade, 1990). Esse período histórico foi permeado de conflitos e sangue derramado principalmente em função das guerras contra os indígenas em luta contra sua própria escravização, o aldeamento e o extermínio e contra os negros que fugiam da escravização e se organizavam em quilombos (Henrique, 2014).

Aliás, não é possível falar da origem de Feira de Santana e do povoamento desta região sem falar dos indígenas e negros. Segundo Santos e Silva (2016), os conflitos entre brancos e indígenas nas terras do Portal do Sertão tinham como principal motivação a escravização dos povos indígenas e a expropriação de suas terras. As autoras marcam o ano de 1687 como um dos mais tensos, quando povos indígenas se aliaram para invadir propriedades dos brancos, ateando fogo e saqueando fazendas, num movimento de resistência às violências e guerras empreendidas para extermínio, escravização e expropriação as quais eram expostos. Por outro lado, negros livres e escravizados viam na região de Feira de Santana, do final do século XIX, uma oportunidade de liberdade através dos aldeamentos jesuítas fundados em meados do século XVII e XVIII. Os negros livres, ameaçados em seu direito, buscavam agrupamentos, favorecendo o surgimento de líderes e quilombos como forma de resistência e oposição à escravização. Inclusive, nesta época, se registra o aparecimento de Lucas da Feira e seu legado de terror para os brancos e de resistência para o povo negro. De acordo com as autoras, escravos em fuga procuravam apoio junto aos indígenas, que, além do abrigo e compartilhamento do espaço territorial, desenvolviam relações de solidariedade.

Os escravos livres eram constantemente ameaçados de serem novamente escravizados, por isso optavam por cultivar a terra em grupos formados por laços de solidariedade e parentesco. A produção gerada na terra servia para o consumo do grupo, havendo uma prática de comercialização do excedente, como, por exemplo, “[...] feijão de corda, mangalô, andu, licuri, etc.” e outros produtos artesanalmente elaborados, como “[...] cordas, chapéu de palha, balaies, potes e panelas de barro, etc.” (Santos; Silva, 2016, p. 42).

Da formação desses quilombos na região de Feira de Santana, alguns elementos são significativos: a origem marcada por processos de resistência de negros cativos e a formação de famílias escravas; a solidariedade entre indígenas e negros pela permanência nas terras; e a formação de bandos e comunidades, de negros em fuga e livres, antes da abolição (Santos; Silva, 2016). Esses elementos evocam a solidariedade entre indígenas e negros, livres ou escravizados, e relembram também a história de resistência experimentada por esses povos contra as opressões e injustiças legalmente definidas. Interessa a este estudo a possibilidade de observar esses elementos presentes na atualidade nos movimentos de resistência empreendidos pelas trabalhadoras e trabalhadores do Centro de Feira de Santana em suas não tão recentes disputas por território e sobrevivência.

As terras que deram origem ao município de Feira de Santana pertenciam a Casa da Ponte, dos Guedes de Brito. Uma parte da Sesmaria de Tocós, abrangendo as terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria foi vendida para João Lobo de Mesquita e, posteriormente, para João Peixoto Viegas, em 1653, produtor, comerciante de açúcar e consultor para questões sobre a cana-de-açúcar (Andrade, 1990).

Os historiadores Godofredo Filho e o Monsenhor Renato Galvão são os autores mais polêmicos a compor a historiografia de Feira de Santana, segundo Andrade (1990). O primeiro questionou o fato de as origens do município serem contadas a partir do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, desconsiderando a Sesmaria doada para Antônio Guedes de Brito e o posterior povoamento realizado por João Peixoto Viegas. O Monsenhor Renato Galvão assume que, durante 150 anos – indicando 1619 como marco temporal anterior ao casal Araújo/Brandão –, Feira de Santana foi povoada e desenvolveu-se, através dos Viegas, em meio aos currais, engenhos e o cultivo do fumo.

Dessa maneira, antes do casal Araújo/Brandão estabelecer-se em uma das fazendas pertencentes à família Peixoto Viegas, a região já representava “[...] pouso obrigatório do caminho que dava para o São Francisco e para as minas de Jacobina” (Andrade, 1990, p. 128). Em 1733, as terras de propriedade do casal Araújo/Brandão, falecidos sem deixar herdeiros, foram incorporadas à capela de Sant’Ana, passando a localidade para o *status* de Arraial. Posteriormente, em 13 de setembro de 1832, foi alçada à condição de Vila de Feira de Santana. Situada na rota do gado, passou a ser o centro da área pastoril na Bahia e uma referência na expansão geográfica e econômica da região.

O fato é que a história hegemonicamente narrada, viva na memória e no imaginário da população de Feira de Santana e contada oralmente por qualquer feirense, estabelece a constituição de um lugar marcado pela presença de uma feira (de gado e livre) determinante para vocação comercial daquele povo; a existência de uma capela erigida à Senhora Santana, marco do poder religioso; e de uma Fazenda, Santana dos Olhos D’água. A historiografia hegemônica conta também com um casal cristão, os Araújo/Brandão, “[...] amados e admirados”, virtuosos, respeitável, capazes de atrair “[...] muitos fazendeiros” em busca de suas relações de amizade. Personagens retratados mesmo sem grande destaque no cenário local (Andrade, 1990). Por outro lado, a história dominante apaga a existência de João Peixoto Viegas – e sua família –, com forte atuação no processo de colonização do sertão, mas, por outro lado, um cristão-novo e de origem judaica parece ter recebido da mesma historiografia uma carga de preconceitos reservada aos cristãos-novos na história da península ibérica e no Brasil Colonial (Andrade, 1990, p. 92).

Neste contexto, conforme Andrade (1990), foi construído um verdadeiro mito em torno daquele casal e um silenciamento em torno da família de João Peixoto Viegas, mesmo este tendo sido proeminente senhor, dono de muitas riquezas, com destaque na sociedade local, prestando relevantes serviços à coroa e à própria igreja. Pesava contra ele, conforme os padrões da época, ser imigrante, de origem judaica, cristão novo e filho bastardo de um clérigo (legitimado, posteriormente). Aquele que, segundo interesses dominantes da época, contribuiu para o povoamento do Sertão e aparecimento de Feira de Santana, hoje a maior cidade do interior baiano e de relevância para a economia da região, foi silenciado pela história local.

É possível que essa distorção, um certo artifício utilizado para apagamento, silenciamento ou construção de mitos históricos, notada na origem de Feira de Santana, tenha sido a mesma estratégia utilizada para apagar as riquezas do sertão – pedras preciosas extraídas na Chapada Diamantina; terras que fizeram dos Garcia D’Ávila e Guedes de Brito ricos e prósperos; e de todas as riquezas enviadas dos Sertões para Portugal – e construir, em

contrapartida, um imaginário de terra castigada por estiagens, pobre e sem vida, como querem fazer acreditar (Freitas, 2014). Quem sabe esse mesmo artifício tenha sido utilizado para construir uma nova cara para a Princesa do Sertão², apagando de sua história a beleza e a pujança da feira livre e transformando-a em algo indesejável, feio e ultrapassado.

Atualmente, a Princesa do Sertão possui uma população estimada de 616.279 pessoas (IBGE, 2022), concentradas na zona urbana, com uma unidade territorial de 1.304 km², distante da capital baiana, de 110 km. O município possui, desde a última divisão em 1988, oito distritos: Maria Quitéria, Matinha, Jaíba, Bonfim de Feira, Jaguará, Governador João Durval, Humildes e Tiquarucu (Feira de Santana, 2006), conforme pode ser visto a seguir (FIGURA 1), e faz parte do território de identidade do Portal do Sertão, junto com os municípios de Amélia Rodrigues, Anguera, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, entre outros, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010).

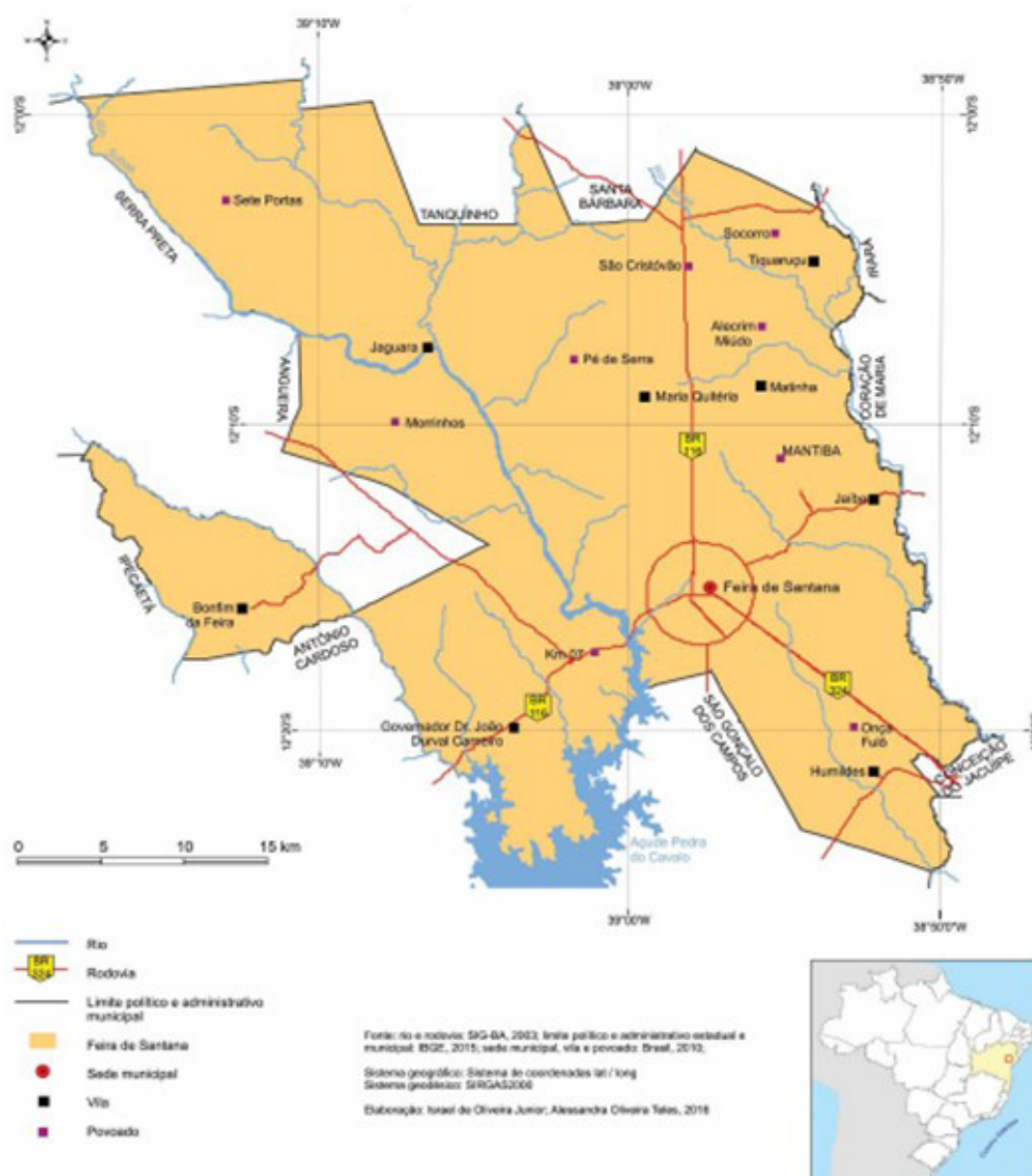


Figura 1 – Localização do município de Feira de Santana, Bahia.

Fonte: Teles (2017, p. 21).

Do ponto de vista econômico, Feira de Santana é marcada em suas origens pela pecuária e o comércio em torno do gado. Atualmente, a sua economia tem base no comércio e serviços, chegando a compreender 81,7% da atividade econômica (2016), conforme tabela abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 – Atividade econômica em Feira de Santana: Produto Interno Bruto (PIB).

Setor	Taxa de Participação (%)
Total	100
Agropecuária	0,5
Indústria	17,8
Comércio e Serviços	81,7

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2019).

A agropecuária representa uma parcela reduzida na atividade econômica do município, e, mesmo se somada com o PIB produzido pela indústria, não se compara a representatividade do comércio e serviço, reforçando a “vocação” de cidade-comércio, construída num certo momento histórico, conforme será visto mais adiante.

A seguir será apresentada a feira (livre e do gado) de Feira de Santana, considerada a mais importante da região, reforçando o significado dessas feiras para o município e região; o processo de modernização; a retirada da feira do gado; a posterior expulsão da feira livre do Centro daquela cidade e transferência do aparelho para o Centro de Abastecimento.

Feira de Santana e suas feiras: uma identidade sertaneja

Em função do movimento em torno do gado, no século XVII, o sítio de Capuame passou a ser utilizado como ponto de paragem para o gado levado para abastecer a cidade de Salvador – na atualidade, a Feira de Capuame estaria localizada em algum ponto entre os municípios de Camaçari e Dias D’Ávila (Henrique, 2014). Capuame ficava sob a jurisdição do coronel e sesmeiro Dias D’Ávila, sendo essa família apontada, por diversas historiografias, como a criadora da Feira de Capuame. Mesmo o fato não acontecendo dessa forma, certamente a família desempenhou papel relevante, enquanto proprietários e funcionários régios, para consolidação do movimento estabelecido em torno do gado na região. Posteriormente, em função de diversos acontecimentos, inclusive passando pela necessidade de tributação da Colônia para pagamento de dotes de casamento, Capuame foi institucionalizada como Feira em 1727, tornando-se a primeira Feira do Gado da América Portuguesa (Henrique, 2014).

A feira de Capuame foi considerada a mais importante da região até a consolidação da feira do gado de Feira de Santana, local apontado, de acordo com os estudos de Henrique (2014), como sendo uma importante encruzilhada, ligando os sertões ao litoral, cortada por quatro diferentes estradas; uma passagem de cerca de quatro mil pessoas por semana, sendo, em um dado momento, o maior ponto de contrabando de animais do século XVIII. Estes fatores levaram as autoridades a instalarem um registro de entrada de gado na Fazenda Santana dos Olhos D’água a fim de assegurar a ida dos animais até Capuame. Posteriormente, foi inevitável o deslocamento daquele aparelho para Feira de Santana, fato ocorrido por volta de 1830.

A feira do gado de Feira de Santana cresceu e consolidou-se, sendo necessária a instalação de um Campo do Gado. O primeiro local destinado para comercialização dos animais passou a ser o Campo da Gameleira, atual Praça do Nordeste. No final do século XIX a feira do gado havia crescido tanto que acabou misturando-se com a feira livre, suas barracas, produtos e feirantes. A convivência entre as feiras permaneceu até o período entre 1938 e 1943, quando foram construídos os currais-modelo, na atual Rua Santos Dumont. Posteriormente, na gestão municipal de Arnold Silva (1959-1962), a feira do gado foi transferida para um bairro mais distante, a Queimadinha. O segundo curral modelo, fora do Centro urbano, o Matadouro Frigorífico de Feira de Santana (MAFRISA), local para abate de reses, foi inaugurado em 1961.

De acordo com os estudos de Ana Oliveira (2008), a feira do gado de Feira de Santana cresceu exponencialmente, chegando a ser considerada, em 1950, a segunda maior feira de gado do Brasil, comercializando mais de 100 mil cabeças de gado/ano. Porém, aquele símbolo do comércio pecuário rico, marcado pela figura forte do vaqueiro, dos animais e da ruralidade, foi tornando-se incômodo e inconveniente para os ideais de urbe moderna e próspera, sendo, gradativamente, afastado do Centro para locais mais distantes.

Com ou sem a feira do gado, a feira livre de Feira de Santana teve sua história marcada pelo apogeu e glória, até a desvalorização e resistência do tempo presente. Na década de 1950, a feira livre era uma grande festa, conforme pode ser observado na imagem a seguir (Figura 2).



Figura 2 – Feira livre em Feira de Santana na década de 1950.
Fonte: IBGE (1957-1958?).

A cultura sertaneja, através da feira livre, tomava conta das principais ruas do Centro daquela cidade.

Na década de 50 [século passado], o movimento dos feirantes não se limitava à Praça do Comércio (atual Praça da Bandeira) e à Praça João Pedreira; os negócios haviam se expandido pelas ruas **Marechal Deodoro**, Conselheiro Franco, **Sales Barbosa**, Libâneo de Moraes, Benjamin Constant e parte da **Avenida Senhor dos Passos**, além da Avenida Maria Quitéria (atual Avenida Getúlio Vargas). (Oliveira, 2008, p. 46-47, grifos meus).

Na década de 1970, a feira livre tomava “[...] um raio de ação na área de cinco quilômetros, abrangendo as **principais ruas e avenidas de Feira de Santana** (Moreira, 1997, p. 307, grifos meus). Desde a década de 1950, de acordo com os relatos de Ana Oliveira (2008, p. 46-47, grifos meus). “**Na feira, encontrava-se de tudo um pouco**. Estavam à venda **alimentos** de todas as espécies, **vestimentas, confecções**, mobiliários, madeira para obras, cancelas, **cerâmicas** variadas, produtos de ferrarias e marcenarias em geral”. E, de acordo com Vicente Moreira (1997, p. 315, grifos meus), até o ano de 1977 registrava-se a comercialização, na feira livre, de “[...] produtos hortigranjeiros, oriundos dos diversos municípios baianos, derivados de couro e **barro**, produtos avícolas, **confecções, peças de eletrodomésticos**”. Assim, a feira livre, expulsa em 1977, acontecia nas áreas centrais da cidade e a oferta dos produtos era diversa; além de alimentos, era possível encontrar confecções, artesanato e até eletrodomésticos. A partir dessas referências, é possível reafirmar o local de existência da feira livre no passado e atualmente – o Centro da Cidade de Feira de Santana; e a confirmação da prática social realizada hoje, por ambulantes, feirantes, camelôs e artesãos, com aquela prática social ancestral, realizada no passado pelos chamados feirantes.

A feira livre tornou-se um lugar procurado por pessoas de toda a região para vender e comprar. Mas, segundo Oliveira (2008, p. 48), “[...] a grande feira livre era mais que um local para as trocas comerciais: era um ambiente de sobrevivências, de celebração, de costumes, do estabelecimento de redes de solidariedade. [...] um elemento de identidade da cidade”. A autora traz a ideia da feira livre enquanto marca identitária para o povo feirense, constituindo-se como o evento econômico e social mais importante da cidade. Havia um imbricamento vinculando à cidade, o comércio e a feira livre, no qual esta representava uma tradição ligada ao surgimento do município. Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 50) apresenta a feira livre como uma “[...] prática cultural capaz de orientar as atividades cotidianas e fornecer uma identidade local”. Dessa maneira, a feira livre não se constituía somente como um lugar de comércio para a compra e venda de produtos e serviços, mas também de trocas culturais.

A feira (livre e do gado) esteve tão entranhada na identidade do município que em todos os nomes dados à localidade até os dias atuais, “feira” sempre esteve presente, como uma vitória da tradição e, ao mesmo tempo, demonstrando a importância cultural e econômica daquela prática social, conforme evidenciado a seguir: Feira de Santana dos Olhos D’água ainda no século XVIII. No século XIX chamou-se Feira de Santana, depois Santana da Feira. Sendo, em 1873, novamente rebatizada como Cidade Comercial de Feira de Santana. No século XX passou a ser chamada de “Feira”, para finalmente ser denominada, em 1938, de Feira de Santana, como é conhecida na atualidade (Oliveira, 2008).

Ao completar 40 anos da expulsão da feira livre do Centro da cidade, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) produziu uma exposição intitulada “A feira de Feira de Santana: transformações e permanências”, quando afirmou:

A feira-livre era também um espaço festivo, pontilhado pela presença de cantorias de violeiros; ‘pregão’ de cordéis; cantadores de coco, vai-e-vem de vaqueiros, sanfoneiros, artistas de circo, artesãos, propagandistas que imbuídos de malabarismos artísticos vendiam produtos e artefatos que prometiam verdadeiros milagres, na cura de doenças ou no combate a pragas [...]. Feirantes, fregueses, atacadistas, visitantes, transeuntes, observadores promoviam o fervilhar da feira. Muitos destes vestiam-se especialmente, afinal nunca se sabia ao certo quem encontraria nesse dia. [...] a feira era concomitantemente, um espaço de negócios, de lazer, de interação, de conflitos [...] de ver e ser visto, numa convivência entre feirantes, compradores, comerciantes de lojas, visitantes, transeuntes em geral, calçadas e ruas apinhadas de gente e mercadorias. (Os 40 [...], 2017).

A reportagem corrobora com a ideia da feira livre como cultura popular, onde se reuniam, até a década de 1970, cordelistas, contadores de “causos”, repentistas, quitandeiras, malabaristas e tantas outras figuras. Segundo Ana Oliveira (2008), a feira livre tornou-se um ambiente plural, permeado de cultura, trocas solidárias e um elemento identitário tão forte que acontecia mesmo em dias de feriado, sobrepondo-se a qualquer outra atividade.

Até este momento da leitura pode-se observar a quase impossibilidade de falar de Feira de Santana sem falar das feiras, ficando registrado no imaginário dos feirenses o surgimento do município a partir de uma feira do gado e de uma feira livre. Porém, num certo momento, instaurou-se um processo que culminaria na expulsão daquela prática social, outrora orgulho para a cidade sertaneja. Da feira originária, ainda se vê a vocação para o comércio, a arte de comprar e vender, a receptividade e a fama de que em Feira de Santana é possível encontrar de tudo.

Feira de Santana e sua outra identidade: cidade comercial e moderna

Conforme visto anteriormente, a primeira construção da identidade Feirense está ligada a uma Fazenda, “Santana dos Olhos D’água”, simbolizando as ruralidades em seu apogeu; uma Igreja, símbolo de um dos poderes no Brasil Colônia; e, de uma “feira”, livre e de gado, consolidada naquele trecho por onde passava uma estrada de boi. Os dois últimos símbolos identitários deram nome à cidade, orgulhosa de ser a Princesa do Sertão.

Porém, outras construções identitárias foram elaboradas. Em um dado momento, para a classe dominante, a nova identidade de Feira de Santana estaria melhor representada pelo “[...] desenvolvimento local, as avenidas retas e largas, seus automóveis, seu casario bem alinhado”, vinculada também a “[...] afinidade com a diversidade, num espírito comercial que propicia o ir e vir de gentes, de uma ‘multidão heterogênea’, [...] que dá-lhe força e harmonia, a harmonia da fluída ambiência negociante” (Silva, 2000, p. 185). Este novo discurso, vinculado à civilidade; ao espírito comercial; ao lugar cortado por rodagens convergentes; formado por uma população diversa, com pessoas de vários lugares, acolhidas de forma harmoniosa, comporá a nova face da construção identitária da cidade comercial e moderna.

Um outro elemento apontado nos estudos de Rocha (2016, p. 2-3), presente na construção da identidade do povo de Feira de Santana, é o conflito entre a tradição, vista como atraso, e a modernidade, opositora das tradições. A autora aponta esse fenômeno, ocorrido no período de 1940-1950, destacando que, naquela época, a “[...] modernização tornou-se um objetivo a ser alcançado na tentativa de desprender do atraso que impedia a consolidação das práticas urbanas”. À época, o maior símbolo da modernidade seria a construção da cidade: o centro urbano, marcado por praças, avenidas, prédios, enfim, a urbanização. As tradições sertanejas, por outro lado, persistiam em continuar ocupando um espaço, mesmo

pequeno e delimitado, “[...] para as elites feirenses deveriam ficar escondidas nos distritos que representavam o mau gosto e o atraso” (Rocha, 2016, p. 3). Aliado à ideia de modernização estava presente também a industrialização da cidade, sem grande expressividade na época (1940-1950), pois ainda era “[...] incipiente e pouco representava para a economia do município” (Rocha, 2016, p. 3). Apesar de não transformar a atividade econômica local, a indústria se instalou como parte do projeto desenvolvimentista e modernista esperado por alguns ricos de Feira de Santana. Assim, o Centro Industrial Subaé (CIS) foi construído em 1970 (Freitas, 2009), fortalecendo o ideal de cidade moderna e tecnológica.

Nos estudos de Rocha (2016), fica evidente o apagamento das classes populares no processo de construção dos ideais do “novo, belo e moderno”, apontando os jornais locais como principais veículos para consolidação desses ideais escritos para uma classe específica, os ricos, e composto por um grupo específico de leitores, do qual as classes do povo não faziam parte. Vale salientar que a ideia de oposição/dicotomia entre novo e velho, tradição e moderno, dentre outras, em geral, produz uma separação, rejeição e desvalorização do diferente em detrimento do diálogo e do convívio possível entre as gerações e as culturas diversas. A situação apontada pela autora ainda se mantém, conforme observado neste estudo, capaz de ser percebida na pergunta retórica feita por uma camêlô “o que é a modernidade? O que é a modernização do Centro? A modernidade não pode conviver com a tradição?” indagou a Camêlô 1 (informação verbal, anotações de campo, 2019), afetada diretamente por mais um projeto da prefeitura para expulsar a feira livre do Centro de Feira de Santana.

Sem a pretensão de fazer uma discussão profunda sobre o tema, ou sequer responder às indagações sensíveis e complexas daquela trabalhadora atingida pelas consequências da modernidade, serão trazidas a seguir algumas considerações à luz dos estudos de Dussel (2005; 2016) para ampliar a compreensão sobre algumas discussões emergentes nesta pesquisa. A Modernidade, estabelecida por volta do ano de 1492, consolidou-se ao longo dos séculos e atravessa o presente de diversas formas, principalmente quando se pensa todo o mundo como periferia e a Europa como o Centro do mundo e da própria história mundial; quando, durante séculos, a Europa (Eurocentrismo) foi considerada como avançada, superior e capaz de desenvolver os demais povos considerados por eles como “[...] primitivos, bárbaros, rudes”, imaturos, atrasados (Dussel, 2005, p. 30).

A dualidade entre “civilizado” – a Europa Moderna – e os “incivilizados”, configurada pelos povos dominados – no qual são incluídos os povos originários da América Latina, onde nos situamos –, permite ver o Outro – as civilizações, as culturas, etc. –, como inferior e incapaz, validando qualquer violência contra quem se opõe a um certo tipo de desenvolvimento e à modernização.

Para refutar a ideia de incivilizados, Dussel (2009) traz diversos argumentos construídos a partir dos escritos filosóficos de Guamán Poma, indígena cujos textos foram compilados por volta de 1616, trazendo uma crítica à modernidade a partir de um pensamento anterior àquela. Dentre as muitas e impecáveis descrições, destacamos para fins desta discussão o recorte abaixo:

Quando nascia uma criança no Império inca atribuía-se-lhe uma parcela de terra para seu ‘alimento e sustento’, que, no caso de não poder trabalhar, outro o faria em seu lugar. Ao morrer, esse terreno era redistribuído. Por direito de nascimento não era dada à criança nem um certificado nem um documento, mas os meios para reproduzir a sua vida até à sua morte.

É a este tipo de instituições que Guamán se refere como as que não se encontram no sistema civilizado moderno. [...] agora as aldeias estavam cheias de pobres que pediam esmola (como referido, não havia possibilidade de haver pedintes no tempo dos Incas). [...] Isto mostra-nos uma grande miséria entre os índios. A situação do índio tinha piorado visivelmente com a presença da modernidade. (Dussel, 2009, p. 319 e 325).

Conforme dito, há uma diversidade de argumentos apontando para a incivilidade por parte da Europa conquistadora, inclusive para a idolatria, outrora atribuída aos povos dominados com suas práticas de culto a outros deuses, quando havia entre os cristãos-civilizados uma adoração ao ouro e a prata, abundantemente saqueada daqueles povos. O recorte acima serve também para ilustrar algo precioso para os dias atuais: a dignidade da pessoa humana, assegurando, desde o nascimento, o direito a uma vida sem miséria, sendo garantido, de acordo com o estabelecido, por aquele povo e naquele contexto histórico, condições objetivas para uma existência digna a todas as pessoas. Nos dias atuais, a prática de assegurar condições objetivas para uma vida digna nem de longe é garantida para todas as pessoas, exceto às nascidas ricas, mesmo quando as riquezas e heranças são fruto de morte, fraude e esbulho, conforme visto anteriormente.

Segundo essa lógica, onde o Outro é visto como inferior, o uso da força e o sacrifício de alguns “[...] povos ‘atrasados’ (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera” torna-se não só inevitável como aceitável. Cabendo, por exemplo, ver o “[...] índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienada, etc.” (Dussel, 2005, p. 30-31 e 52). A modernidade trouxe consigo uma forma de pensar e operar configurada pela “[...] dominação, exploração e aniquilação” do Outro (Dussel, 2016, p. 52), na qual “[...] perante povos ‘atrasados’ ficava tautologicamente justificada a guerra de conquista”. Mas sempre sob o argumento da “falácia desenvolvimentista”, segundo Dussel (2009, p. 297). Estas reflexões são relevantes para pensar, por exemplo, a violência e o desrespeito, chancelados através dos discursos de modernização e desenvolvimento, dispensado aos trabalhadores e trabalhadoras, ambulantes, feirantes, camelôs e artesãos nas ruas centrais de Feira de Santana.

Para Dussel (2005; 2016), há algumas formas de superar a Modernidade, uma delas é quando o “Outro” percebe-se vítima, inocente, e julga a Modernidade como violenta e culpada. Negando o “mito civilizatório” e a “inocência da violência”, desmascara a violência imposta através do “eurocentrismo” e a “[...] ‘falácia desenvolvimentista’ do processo de modernização hegemônico” (Dussel, 2005, p. 31). O projeto para a superação da Modernidade é apresentado pelo autor como Transmodernidade, para além da Modernidade, hoje vista contando com culturas pré-modernas. Neste projeto, a Modernidade e sua “alteridade negada (às vítimas)”, seja na América Latina, África ou Ásia, realizam, solidária e fecundamente, um movimento “Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por incorporação partindo da Alteridade” (Dussel, 2005, p. 31).

Inclusive, propondo soluções “[...] completamente impossíveis para a cultura moderna única” (Dussel, 2016, p. 63). Este projeto transmoderno passa, conforme visto, por afirmar a exterioridade, valorizando-se enquanto cultura anterior à modernidade e pós-colonial. Depois de afirmar e valorizar as culturas tradicionais negadas pela modernidade, há uma exigência de uma crítica interna, num diálogo entre a tradição e o de melhor na cultura moderna. Neste processo, Dussel (2016) considera relevante o tempo para amadurecer,

estudar e refletir. Outro ponto relevante neste projeto passa pelo diálogo intercultural a ser realizado entre os críticos da periferia, Sul-Sul e não Norte-Sul. Dessa maneira, o projeto transmoderno não será a criação de uma cultura global, mas sim um pluriverso, multicultural, num diálogo intercultural.

Bem longe de traçar um caminho de superação da modernidade, em meados do século XX, por volta da década de 1950, o discurso identitário pretendido para Feira de Santana, à época o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, começou a mudar. Até então, a feira livre permanecia intocada como identidade sertaneja no Centro daquela cidade. Assim, imbuídos dos ideais desenvolvimentistas de urbanização e modernidade, começou a construção de uma nova identidade, agora de uma cidade comercial (Oliveira, 2008). Neste momento, a utilização de barracas de madeira começa a ser apontada como inadequada com a civilidade, devendo ser proibida por não ajudar no embelezamento da cidade. Os jornais, a classe dominante e governantes locais começaram a difundir a ideia de que as barracas do Centro estavam associadas ao feio e sujo e, portanto, dissociadas da urbana e moderna Feira de Santana. A culminância desse discurso sanitarista aconteceu em 1977, quando ocorreu a expulsão da feira livre através de um decreto municipal, o instrumento impositivo adotado para extinguir aquela prática social popular era condizente com o momento político brasileiro, quando vivia uma ditadura empresarial-militar (1964 a 1985). Em contrapartida, modernas casas comerciais ofereciam produtos industrializados e outros da região, diversificando o comércio para todos os compradores e fazendo de Feira de Santana uma “cidade comercial por excelência, onde negociar, comerciar e arrematar eram [...] uma espécie de vocação feirense” (Oliveira, 2008, p. 62). Desse jeito, Feira de Santana foi se consolidando, no imaginário dos feirenses e da região, enquanto cidade comercial.

É justamente após a Segunda Grande Guerra, findada em setembro de 1945, que o projeto de países centrais e de organismos internacionais se voltou para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através do crescimento econômico. Santos e Rodríguez (2002) destacam esse projeto de desenvolvimento econômico, pensado e executado sem a participação das classes populares, como pautado na aceleração do crescimento econômico, através da industrialização e da garantia de resultados macroeconômicos, desconsiderava fatores importantes para o desenvolvimento equânime da vida em sociedade, como, por exemplo, os “[...] objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (Santos; Rodríguez, 2002, p. 25), fatores garantidores de uma vida digna no tempo presente e também de continuidade para as gerações futuras.

Segundo os estudos de Contreras (1999), é possível inferir que a ideia de modernidade, vivida em Feira de Santana, está imbricada no discurso político e social dominante de desenvolvimento. Para o referido autor, esse discurso reforça a ideia de modernidade como forma de alcançar o desenvolvimento, consolidado através do urbanismo e industrialização considerados, por seus defensores, como as únicas formas para superação do atraso do subdesenvolvimento. Nesse sentido, Feira de Santana cumpriu esse ideário e adaptou-se à nova realidade imposta pelo discurso da época. Neste modelo, o caminho percorrido passou pelo silenciamento das culturas diversas, no caso específico a cultura sertaneja, e, por outro lado, pelo fortalecimento e legitimação de uma ideia de urbe moderna, comercial e industrial. Assim, o crescimento econômico para alcançar o sonho do desenvolvimento e a exclusão do Outro-diferente, visto como inferior e atrasado, pôde ser visto nas longínquas terras do sertão nordestino.

A feira livre na atualidade

Todo o processo de construção da identidade de Feira de Santana, enquanto cidade comercial, bela e desenvolvida, culminou com o apagamento de muitos símbolos que ligavam a cidade, vista como moderna, ao sertão considerado atrasado: o matadouro, os currais, os vaqueiros, os magarefes, a feira do gado, tudo afastado dos olhos da classe dominante, até a expulsão da feira livre do Centro, em 1977, após construção do Centro de Abastecimento. Neste cenário, as seções seguintes continuam buscando contextualizar a origem de Feira de Santana em sua vinculação histórica com a feira livre, porém trazendo uma perspectiva específica sobre a feira livre e como esta municipalidade tem tratado aquela prática social, parte de sua história de origem.

Associada à sujeira, ao feio, ao atraso e causadora de prejuízos ao comércio local, a feira livre não atendia, segundo a compreensão de alguns grupos, ao modelo de urbe impulsionada pelo processo de industrialização e desenvolvimento desejados. Jornais registravam os sentimentos vividos na época, onde as falas de jornalistas, representantes comerciais e políticos – classe dominante – eram favoráveis à retirada da feira livre do Centro de Feira de Santana. A despeito de qualquer participação popular naquelas decisões, o grupo construiu um discurso defendido pelo poder público municipal (Figura 3).



Figura 3 – Último dia da feira livre em 1977.

Fonte: Simas (2017).

Com o passar do tempo, a feira livre de Feira de Santana, após 1977, foi sendo segmentada, perdeu alguns de seus elementos, ganhou novas feições e continuou sendo empurrada para os bairros e distritos. Atualmente, ocupa o Centro da cidade, lugar onde sempre esteve até a expulsão em 1977. Hoje, os(as) trabalhadores(as) da feira livre são chamados de camelôs, ambulantes, artesãos, feirantes ou, simplesmente, trabalhadores(as) informais. Por vezes, não se reconhecem herdeiros da feira livre ancestral, que deu origem à Feira de Santana, na qual, conforme visto anteriormente, as vendas de confecções, água, artesanato, frutas, verduras e outros produtos sempre estiveram presentes (Moreira, 1997; Oliveira, 2008).

Assim, na atualidade, a região central da cidade registra a presença de inúmeros feirantes, camelôs e ambulantes. Até pouco tempo atrás, a venda de roupas, miudezas e outros produtos poderia ser encontrada em pontos tradicionais como as ruas Sales Barbosa e Recife, além da avenida Sr. dos Passos. Há feirantes, em maior número, na rua Marechal Deodoro e suas transversais; os ambulantes e feirantes podem ser encontrados em qualquer espaço no Centro da Cidade. Mesmo fragmentada, a feira livre segue resistindo.

a área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes. Embora **não haja uma feira no sentido tradicional** da palavra, **a dinâmica desse modo de comercializar na rua permaneceu** ali, justamente com a **predominância do comércio de rua de frutas e verduras bem como da confecção popular** expressa nas alamedas entorno do antigo mercado. O comércio da rua Sales Barbosa, não obstante a grande quantidade de vendedores de confecção, concentra várias bancas de produtos acessórios [...] que podem ser vistos em outras áreas da cidade. [...] **não há como falar que a cidade ainda não vive a memória da feira central.** Ela **ocorre** nas **práticas** espaciais **dos seus cidadãos**, no **grande número de barracas e vendedores ambulantes de frutas, hortaliças e cereais espalhados pelas ruas centrais** de Feira de Santana. (Gonçalves, 2019, p. 87, grifos meus).

A fala do pesquisador reforça a percepção da vinculação do trabalho realizado na atualidade – por ambulantes, camelôs, artesãos, feirantes e demais trabalhadores(as) informais –, com o ofício praticado na antiga feira livre de Feira de Santana, isto em função do perfil e semelhança da prática social vista hoje nas ruas do Centro da cidade e aquela ocorrida no passado. Os trabalhadores(as) informais, como são reconhecidos na atualidade, junto com outros tantos, movimentam a economia e, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocupam 2/3 do trabalho do mundo. No Brasil esse número representa 46% dos postos de trabalho (OIT: [...], 2018).

Para traçar um perfil dos(as) trabalhadores(as) informais do Centro de Feira de Santana, serão utilizados os dados da pesquisa de Queiroz (2019), realizada com 682 trabalhadores(as) das ruas centrais daquela cidade. No tocante ao gênero, o grupo é formado por homens (54%); ganhando até 26% a mais que as mulheres; não são brancos em 81,38% dos casos, pretos/pretas são 50,59% e os pardos somam 29,91%. Portanto, os negros somam 80,5%. Mais da metade, 62,8%, não possui a educação básica; a renda mensal média é de R\$ 1.172,00 – como referência, o salário-mínimo em 2018 era de R\$ 954,00; e mais da metade dos(as) trabalhadores(as) (55,20%) sobrevivem com menos de um salário-mínimo; 61,58% dos(as) trabalhadores(as) são chefes de família. Algo positivo é o fato de que 70,53% possuírem residência própria, apesar de não haver dados sobre as condições daquelas moradias.

A religião daqueles(as) trabalhadores(as) é majoritariamente cristã, sendo que evangélicos e católicos somam 75,1%. O componente da religião cristã pode mobilizar de diversas formas, sendo algo positivo no sentido da fé para empreender esforços em lutas diversas e ao mesmo tempo, pode conformar uma visão fatalista da vida, voltada para a vontade de

Deus, sem a percepção das opressões de natureza meramente humana ou ainda a espera por um salvador. Outro discurso comumente difundido entre os evangélicos é o de não desobedecer às autoridades por representarem o próprio Deus na terra. Tais perspectivas podem dificultar, ao nosso ver, a articulação coletiva (anotações de campo da autora, 2019).

O estado civil dos participantes está dividido entre pessoas casadas (41,64%) e solteiras (46,92%); a quantidade de filhos varia entre um e cinco, dentre os 69% com filhos. O acesso a serviços apareceu na pesquisa de Queiroz (2019, p. 153) com a mesma classificação utilizada pelo DIEESE, apontando uso de *internet* (64,81%); conta em banco (45,31%) e cartão de crédito (43,11%). O acesso mais restrito foi ao cheque especial (5,28%). Um dado preocupante, segundo o autor, foi “[...] 18,62% dos(as) trabalhadores(as) de rua relataram não ter acesso a nenhum desses serviços”. Na tabela abaixo (Tabela 2), segue os produtos comercializados atualmente nas ruas centrais de Feira de Santana.

Tabela 2 – Trabalhadores(as) de rua, produtos e serviços vendidos (2018).

Bens/Serviços	Quantidade	%
Alimentos/Frutas/Verduras	149	21,85
Acessórios/DVDs/Brinquedos	56	8,21
Bebidas	28	4,11
Cosméticos	12	1,76
Eletrônicos	14	2,05
Serviços	40	5,87
Lanches/Doces	168	24,63
Outros	37	5,43
Roupas	98	14,37
Utensílios	80	11,73
Soma	682	100%

Fonte: Queiroz (2019, p. 63, grifos meus).

A venda de frutas e verduras fica próxima da venda de lanches e doces, representando juntas 46,48% dos produtos comercializados. A venda de roupas ocupa a terceira posição no *ranking*, seguida da comercialização de utensílios. Em síntese, os estudos de Queiroz (2019) apresentam uma massa de trabalhadores(as), na maioria negros, com baixa formação escolar básica e chefes de família com baixa remuneração. Por fim, a pesquisa aponta para a importância do comércio de rua para a cidade, em função da geração de subsistência, capacidade de consumo e acesso ao trabalho.

Vozes contra ou a favor da retirada da feira livre

O ano de 2017 marcou os 40 anos de expulsão da antiga feira livre do Centro de Feira de Santana e a continuidade de novas ações de retirada contra os(as) persistentes trabalhadores(as). A partir de análises elaboradas com reportagens, Quadro 1 abaixo, observa-se a manutenção de uma velha, reiterada e excludente questão: quem é a favor e quem é contra a retirada da feira livre e seus(suas) trabalhadores(as) do Centro de Feira de Santana?

Quadro 1 – Reportagens analisadas.

Reportagens analisadas	Data
Secretário fala sobre ações em feiras livres e crescimento do Centro de Feira – Acorda cidade (Cruz, 2017b)	31.01.2017
Os 40 anos da retirada da antiga feira livre do Centro da cidade é mostra do Museu Casa do Sertão - Acorda cidade (Os 40 [...], 2017)	29.06.2017
Para desobstruir calçadas, prefeitura ordena relocação de feirantes da Senhor dos Passos - Acorda cidade, às 07:40h. (Trindade, 2017) Após relocação, feirantes fazem manifestação e bloqueiam a Senhor dos Passos. Acorda Cidade, às 11:01h. (Cruz, 2017a) Feira: ambulantes serão realocados para Feira Verde – Bahia Notícias, as 02:40h (Feira: [...], 2017) Secretário diz que feirantes da Senhor dos Passos serão relocados para Feira Verde – Acorda Cidade, às 16:20h (Cardoso, 2017)	28.08.2017 “Dia D”
Sindicato dos feirantes promove ação no Centro de Abastecimento – Acorda cidade, (Cardoso; Silva, 2017)	16.09.2017
Pedestres e comerciantes relatam transtornos causados por ambulantes em calçadas de Feira de Santana - Acorda Cidade, 09 (Cardoso, 2018)	20.02.2018
Com saída de vendedores ambulantes, Centro de Feira de Santana terá projeto de organização - Acorda Cidade, 10 (Trindade, 2018)	14.03.2018

Fonte: Cardoso (2017, 2018), Cardoso e Silva (2017), Cruz (2017, 2017a), Feira... (2017), Os 40... (2017), Trindade (2017, 2018).

Com base nos artigos jornalísticas apresentadas no Quadro 1, acima, e na pesquisa documental de primeira mão (Gil, 2002), foi realizada uma análise das narrativas difundidas pela mídia local, com circulação na rede mundial de computadores, a respeito da feira livre do Centro de Feira de Santana. Assim, as palavras recorrentes, no período analisado, foram desobstruir e relocar, frente a uma suposta necessidade de deslocar a feira livre e “desentupir” as calçadas, repletas de trabalhadores(as) e seus produtos. Desta maneira, as práticas de retiradas repetem-se, tal como em 1977, seguindo com normativas que visam dar às retiradas um aspecto de legalidade, na atualidade a Lei n. 1.613 (Feira de Santana, 1992) cumpre esse papel.

A seguir (Quadro 2) são apresentados os posicionamentos dos interlocutores convidados a falar nas matérias jornalísticas analisadas. Cumpre informar a não localização de matérias, naquele recorte temporal, com posicionamento de membros do Legislativo Municipal.

Quadro 2 – Posição dos interlocutores nos registros analisados.

Contra a retirada	A favor da retirada	
Feirantes	Prefeitura	Defesa Civil Sec. do trabalho, Turismo e Desenvolvimento Guarda Municipal
		Mídia Comerciante Alguns Populares Sindicato

Fonte: própria autora (2019), com base em reportagens do Quadro 1.

Um rápido olhar no Quadro 2, acima, ajuda a entender a situação dos(as) trabalhadores(as) do Centro de Feira de Santana na atualidade, quando a maioria dos entrevistados escutados nas matérias são favoráveis a retirada da feira livre e de trabalhadores(as) dos seus locais de trabalho. Mas afinal, quem são esses que querem a saída da feira livre?

Sai, feira livre! Vozes a favor da retirada

Nas entrevistas, a prefeitura é representada pela Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (STTDE), Defesa Civil e Guarda Municipal, trazendo três representantes para reforçar o discurso dominante defendido.

A Secretaria, ao destacar as iniciativas tomadas para retirada da feira livre do Centro da cidade, apresenta como principal elemento as “diversas denúncias recebidas” solicitando a organização do local e o pedido feito por “feirantes idosos”, supostamente prejudicados pela atuação dos mais jovens vendendo nas ruas e calçadas. Para resolver a situação posta, o poder público recorre à legalidade, apontando a legislação reguladora do comércio no Centro, evocando a necessidade de medidas “fortes” para resolver a demanda, incluindo, para isso, o poder coercitivo do Estado: “[...] devido a essas denúncias [...] ficou definido que a prefeitura tem que tomar um **posicionamento forte**, uma vez que a Guarda Municipal e a própria Polícia Militar buscam a ordem pública”, destacou o Secretário da STTDE, reforçando a possibilidade de uma ação mais contundente contra os(as) trabalhadores(as) (Cardoso, 2017, grifos meus).

Além desse aparato, apontado pelo secretário, a prefeitura conta também com a fiscalização realizada por “empresa especializada” (Feira [...], 2017). O inspetor da guarda municipal abordou os “carrinhos de mão batendo nas pernas”, dificultando a passagem das pessoas (Trindade, 2017), e destacou também a saída dos(as) feirantes da área limitada pela prefeitura, em um antigo estacionamento adaptado, com capacidade para comportar cerca de 100 trabalhadores(as). A defesa civil, órgão ligado ao poder público, apresentou argumentos mais moderados, pontuando a situação das diversas famílias envolvidas e a necessidade de permanecerem no Centro, mas ressaltou a necessidade de regularizar o espaço urbano, analisando a manutenção dos(as) feirantes como “inviável” para a cidade (Trindade, 2017), reforçando o discurso dominante, mesmo percebendo o drama das famílias.

O sindicato dos feirantes, através de seu presidente (Cardoso; Silva, 2017), destacou a construção do Shopping Popular como algo bom para cidade e os comerciantes, destacando estar “de acordo com tudo que é bom pra cidade”, evidenciando posição favorável ao discurso dominante, defendido pela prefeitura. Nestas análises, a mídia aparece representada por dois veículos de comunicação, sendo o Acorda Cidade o de maior abrangência na municipalidade. A respeito da mídia, o principal destaque está na forma como, insistentemente, trata o tema. As reportagens possuem foco nos “transtornos causados” pela feira livre, exceção de uma matéria (Os 40 [...], 2017). Vejamos trechos de perguntas contidas nas reportagens reforçando o pensamento dominante:

A Cidade Nova e outras praças foram tomadas pelas barracas. Não existe providência em relação a isso? **O passeio** da antiga loja Esplanada, **na Senhor dos Passos, foi tomado pela feira livre; os carrinhos de mão estão dificultando a circulação de pedestres na Rua Marechal Deodoro** [perguntas ao Secretário da STTDE] (Cruz, 2017b, grifos meus); Pedestres e comerciantes relatam **transtornos causados por ambulantes em calçadas** de Feira de Santana. (Cardoso, 2018, grifos meus).

Os trechos trazidos pela mídia reforçam a ideia de uma feira livre causadora de “transtorno e indesejada por todos”, inclusive o próprio título de Cardoso (2018), no Quadro 1, reforça o discurso e não traz nenhuma voz dissonante. Apenas nessa matéria, dentre as nove analisadas, aparece a voz de populares, para além das “diversas denúncias” apontadas pela prefeitura.

A referida matéria (Cardoso, 2018) escutou dois populares. Sendo um trabalhador de serviços gerais e um de profissão ignorada. O trabalhador de serviços gerais relata a dificuldade para andar na rua e solicita organização por parte da prefeitura, retirada e transferência dos ambulantes para outro espaço. O homem de profissão ignorada destaca os carrinhos atrapalhando os pedestres e os comerciantes pagadores de impostos, reconhece os altos índices de desemprego e ressalta não se opor ao trabalho informal, se acontecer em outro local.

A mesma reportagem escutou um comerciante insatisfeito com os ambulantes, seus cestos e balaies nas ruas “espremendo as pessoas e batendo os **cestos nas pernas dos pedestres**”, discurso idêntico ao representante da guarda municipal na matéria de Trindade (2017, grifos meus). Outro argumento utilizado é o pagamento de impostos pelos comerciantes formais: “As barracas existem, mas teria que ter uma organização para que elas não tomem à frente das lojas. Pagamos vários impostos caros”, reclamou o entrevistado (Cardoso, 2018). Os três homens apresentam discursos comuns: a dificuldade de circulação dos pedestres e os vendedores ocupando a frente do comércio formal. Parece haver um incômodo quanto ao não pagamento de impostos e o uso do local em frente às lojas, gerando “transtorno” e “nenhum” lucro ao município, conforme apontam. Alguns destes elementos aparecem também na reportagem de Trindade (2018).

Assim, os oito interlocutores, todos homens, reforçam um discurso dominante e excludente, apontando os problemas da feira livre, penalizando os(as) trabalhadores(as) e reforçando a necessidade da retirada, como única opção possível para resolução do conflito.

Fica, feira livre! Vozes contra a retirada

Para falar contra as retiradas, portanto, a favor da permanência da feira livre no Centro de Feira de Santana, as reportagens escutaram três mulheres durante uma manifestação (28 ago. 2017) ocorrida após uma das ações de retirada empreendidas pelo Executivo Municipal (Quadro 3). A seguir, pode ser visto os posicionamentos das feirantes, únicas vozes contrastantes convidadas a falar nas reportagens.

Quadro 3 – Argumentos a favor da permanência da feira livre

Argumentos	Quem se posicionou?	Sugestão apresentada
- O espaço destinado pela prefeitura é pequeno (apenas 1 metro) e quem tem barraca no fundo, fica prejudicado. - Tem filhos para sustentar	L.A., 38 anos, comercializa desde os 13 anos de idade. Na época, tinha 25 anos na feira.	A prefeitura organizar e deixar os/as feirantes no mesmo lugar ou abrir a praça Bernardino Bahia para os/as feirantes.
- A feira livre é lugar de ressocialização, sendo uma opção de trabalho fora do mundo do crime. - Os ambulantes não podem ficar no prejuízo.	J.R., vendedora, 27 anos.	Não sinalizado.
- O espaço destinado pela prefeitura é insuficiente.	P.O., 23 anos.	A prefeitura arrumasse a calçada para os/as feirantes trabalharem.

Fonte: Cruz (2017a) e Trindade (2017).

Apenas três mulheres feirantes falaram a favor da permanência da feira livre no Centro e trouxeram elementos relevantes sobre o lugar de ressocialização e do exercício de um ofício para a sobrevivência. Importante marcar o gênero e a quantidade pequena de pessoas apoiando a permanência. Restando, nesse sentido, algumas dúvidas: não há outros atores sociais favoráveis à permanência da feira livre no Centro? Há uma intencionalidade na escolha de mulheres, considerando o fato de vivermos numa sociedade machista, patriarcal e sexista? (Saffioti, 2006).

A Universidade, voz relevante na sociedade atual, não foi convidada para falar sobre a temática em si, aparece em única matéria mostrando uma exposição a respeito dos 40 anos da retirada da feira livre do Centro de Feira de Santana, suas “transformações e permanências” (Os 40 [...], 2017). Fotografias do último dia da antiga feira livre e outras atuais registravam as tradições, transformações e “a resistência do povo que labuta diante dos ditames dos poderes públicos”, como destacou Clóvis Ramaiana, Prof. na UEFS.

Conforme visto nessas reflexões, a mídia local e hegemônica fortalece a construção e difusão de um discurso excludente no qual apresenta a feira livre como inconveniente, tal como visto em discursos anteriormente utilizados para justificar a expulsão da feira livre, em 1977, do Centro de Feira de Santana.

Considerações Finais

Diante do exposto, foi possível elencar alguns elementos, tanto positivos quanto negativos, essenciais para Feira de Santana, que perpassaram os tempos e permaneceram na história daquela municipalidade e da feira livre. A forma de divisão das terras, fomentando as desigualdades, priorizando os possuidores de riquezas e incentivando o massacre aos indígenas como forma de adquirir terras, segue se perpetuando através da exclusão, experimentada por trabalhadores(as) na atual feira livre do Centro de Feira de Santana. O apagamento e silenciamento histórico, marcados pela exclusão e esquecimento de pessoas, fatos e práticas em dissonância com as expectativas da classe dominante, observados na história hegemônica, na atualidade podem ser vistos na forma como a feira livre do Centro da cidade e seus personagens são tratados. O Sistema Coercitivo, priorizando a força em detrimento do diálogo, apresentou-se em diversos momentos da história, sendo utilizado pelo poder público para expulsar uma prática social no passado e na atualidade. A modernidade – vinculada à urbanização, construção de ruas, casas e prédios novos – opondo-se ao tradicional, considerado atrasado, é evocada para promover mudanças excludentes. Os ideais Desenvolvimentistas com seu crescimento econômico pensado sem a necessária participação do povo nas decisões e na distribuição dos frutos, desconsideravam, tal como hoje, a manutenção da natureza e da vida em geral. Assim, discursos e práticas excludentes foram disseminados e fomentados pela classe dominante, destacando aspectos negativos de uma determinada prática social para justificar sua extinção, tais quais as ideias de sujeira, feiura e inconveniência, seguem acontecendo de igual forma nos dias atuais. Conforme vimos, alguns aspectos acima se impuseram, historicamente, perpassando os dias atuais, tais como a divisão desigual de terras, fomentando as desigualdades e favorecendo uma parcela mais rica da sociedade; o apagamento histórico; e o desenvolvimento econômico excludente. Todos esses elementos precisam ser considerados para compreender o fenômeno da reorganização do Centro de Feira de Santana, desde os idos de 1950 até os dias atuais, e a flagrante perseguição a uma prática social exercida majoritariamente por pessoas negras e de uma determinada classe social.

Por outro lado, vale destacar aspectos positivos da história de Feira de Santana, vinculados à feira livre, conforme apontado nos estudos apresentados neste artigo. A geração de trabalho e renda advindos das feiras livres movimenta a economia. Essa prática social, em Feira de Santana, apresenta-se enquanto Identidade Cultural para os feirenses, fazendo parte da memória local e da região quanto à origem do município e possui significativa participação e merecido registro no nome do município ao longo dos tempos. Seu caráter popular conferiu à feira livre de Feira de Santana a possibilidade de ser lembrada como um lugar de encontro, celebração e afetos, representando também sobrevivência, celebração, solidariedade, diversão, cultura e encontro, capaz de reunir pessoas em torno de outros valores para além das trocas comerciais ali ocorridas; valores como a União, Solidariedade e Resistência registrados quando negros escravizados – fugidos ou livres – e indígenas uniam-se pela sobrevivência e formavam comunidades e quilombos nascidos da aliança entre grupos excluídos e perseguidos, por exemplo, pode ser visto também nos dias atuais; além de ser possível localizar nas feiras livres a representação das tradições, vinculada às práticas e produções ligadas ao sertão nordestino, ao sertanejo e as coisas do campo ou da roça. Assim, os aspectos elencados contribuíram, de algum modo, para constituição de uma determinada sociedade, elaborando sua identidade cultural e construindo seus valores, possibilitando também a compreensão a respeito da importância da feira livre realizada no passado e que segue permanecendo nas ruas centrais de Feira de Santana.

Referências

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

CARDOSO, Daniela. Pedestres e comerciantes relatam transtornos causados por ambulantes em calçadas de Feira de Santana. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, fev. 2018. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/190123/pedestres-e-comerciantes-relatam-transtornos-causados-por-ambulantes-em-calçadas-de-feira-de-santana.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARDOSO, Daniela. Secretário diz que feirantes da Senhor dos Passos serão relocados para Feira Verde. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182076/secretario-diz-que-feirantes-da-senhor-dos-passos-serao-relocados-para-o-feira-verde.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CARDOSO, Daniela. SILVA, Ney. Sindicato dos feirantes promove ação no Centro de Abastecimento. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, set. 2017. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182972/sindicato-dos-feirantes-promove-acao-no-centro-de-abastecimento.html>. Acesso em: 14 mar. 2020.

CONTRERAS, Joan P. La construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. In: BRETÓN, Victor; GARCIA, Francisco; ROCA, Albert (org.). *Los límites del desarrollo: modelos “rotos” y modelos “por construir” en América a y África*. Barcelona: Icaria, 1999. p. 25-58.

CRUZ, Laiane. Após relocação, feirantes fazem manifestação e bloqueiam a Senhor dos Passos. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, ago. 2017a. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182060/apos-relocacao-feirantes-fazem-manifestacao-e-bloqueiam-a-senhor-dos-passos.html?mobile=true>. Acesso em: 18 jun. 2020.

CRUZ, Laiane. Secretário fala sobre ações em feiras livres e crescimento de ambulantes no centro de Feira. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, jan. 2017b. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/172224/secretario-fala-sobre-aco-es-em-feiras-livres-e-crescimento-de-ambulantes-no-centro-de-feira.html#:~:text=Acorda%20Cidade%207C%20Dilton%20Coutinho%207C%20Secret%C3%A1rio,ambulantes%20no%20centro%20de%20Feira>. Acesso em: 18 jun. 2020.

DIEESE. *Quem somos*. Observatório do Trabalho. Salvador, [2010?]. Disponível em: <http://geo.dieese.org.br/bahia/quemSomos.php>. Acesso em: 20 maio 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do Anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 11-44.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*. v. 31, n. 1, jan.-abr., 2016.

FEIRA DE SANTANA. *Cidade*. Feira de Santana, [2006]. Seção Secretarias/Autarquias. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=2&link=segov/cidade.asp>. Acesso em: 18 out. 2022.

FEIRA DE SANTANA. *Lei nº 1613, de 11 de novembro de 1992*. Modifica o código de polícia administrativa de Feira de Santana e dá outras providências. Feira de Santana: Prefeitura Municipal, 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1992/161/1613/lei-ordinaria-n-1613-1992-modifica-o-codigo-de-policia-administrativa-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FEIRA: ambulantes serão relocados para espaço Feira Verde. *Bahia Notícias*, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Municípios. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/10615-feira-ambulantes-serao-relocados-para-espaco-feira-verde.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Modernização industrial em Feira de Santana: uma análise da implantação do Centro Industrial do Subaé – CIS. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 41, p. 139-160, jul./dez. 2009.

FREITAS, Nacelice Barbosa. *O Descoroamento da Princesa do Sertão*: de “chão” a Território, o “vazio” no processo de valorização do espaço. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. *A Metamorfose das Feiras Nordestinas*: a Inserção da Confeção Popular. São Paulo: Blucher; Edições UVA, 2019.

HENRIQUE, Juliana da Silva. *A feira de Capuame*: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII). 2014. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

IBGE. *Cidades*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2023.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público*: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Segunda fase – Texto n. 3 outras palavras. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n. 17, p. 305-335, jul.-dez. 1997.

OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal. *Organização Internacional do Trabalho - OIT*, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm. Acesso em: 29 jun. 2018.

OLIVEIRA, Ana Maria C. dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade*: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960). 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OS 40 anos da retirada da antiga feira livre do centro da cidade é mostra do Museu Casa do Sertão. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, jun. 2017. Seção Agenda Cultural. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/179419/os-40-anos-da-retirada-da-antiga-feira-livre-do-centro-da-cidade-e-mostra-do-museu-casa-do-sertao.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Tradução de Arquimedes Pereira Guimarães. Bahia: Editora Itapuã, 1968.

QUEIROZ, Francisco Alves de. *A dinâmica do trabalho numa metrópole regional nordestina*: uma análise da natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana – BA. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Salvador, 2019.

ROCHA, Cristiane Lima Santos. Sensibilidades de um espaço: ser uma princesa na modernização republicana – Feira de Santana 1940 a 1950. Encontro estadual de História – ANPUH/Ba. *Anais [...]*. Feira de Santana, 08, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477648447_ARQUIVO_SENSIBILIDADESDEUMESPACO-SERUMAPRINCESANAMODERNIZACAOREPUBLICANA-FEIRADESANTANA1940-1950.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero. *Marxists Internet Archive*, [s. n.], 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/saffioti/ano/mes/94.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/2/2.php>. Acesso em: 5 maio 2018. p. 1-60.

SANTOS, Jucélia Bispo dos; SILVA, Ludmilla Dias da. Formação de comunidades quilombolas no Portal do Sertão da Bahia: um trânsito entre a escravidão e a liberdade no final do século XIX. *Caicó*, v. 17, n. 39, p. 36-57, jul./dez. 2016. Dossiê Sertão, sertões.

SEI. *Índice de Performance Socioeconômica – IPESE*. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia: Salvador, 2019. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/municipio/indicadores/indicadores_2910800.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1927)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SIMAS, Adilson. A última feira-livre realizada no centro da cidade de Feira de Santana. *Jornal Grande Bahia*, Feira de Santana, jan. 2017. Seção Blogs: colunistas e artigos. Disponível: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/01/a-ultima-feira-livre-realizada-no-centro-da-cidade-de-feira-de-santana-por-adilson-simas/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

TELES, Alessandra Oliveira. *O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

TRINDADE, Andrea. Com saída de vendedores ambulantes, Centro de Feira de Santana terá projeto de organização. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, mar. 2018. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/191193/com-saida-de-vendedores-ambulantes-centro-de-feira-de-santana-tera-projeto-de-organizacao.html#:~:text=Com%20sa%C3%ADda%20de%20vendedores%20ambulantes%2C%20centro%20de%20Feira%20de%20Santana,o%20centro%20comercial%20da%20cidade>. Acesso em: 18 jun. 2020.

TRINDADE, Andrea. Para desobstruir calçadas, prefeitura ordena relocação de feirantes da Senhor dos Passos. *Acorda Cidade*, Feira de Santana, ago. 2017. Seção Polícia. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/182039/para-desobstruir-calçadas-prefeitura-ordena-relocacao-de-feirantes-da-senhor-dos-passos.html>. Acesso em: 2 ago. 2018.

Notas

¹ Sesmaria era um instrumento jurídico utilizado para cessão de terras, amplamente utilizado pelo governo português durante o período colonial no Brasil. Esse instrumento era materializado através de um documento chamado de Carta de Sesmaria (Andrade, 1990).

² O apelido de “Princesa do Sertão” foi dado pelo renomado jurista Ruy Barbosa, nos idos de 1919, quando de passagem por Feira de Santana (Rocha, 2016).

Sara Soares Costa. Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2017). Possui graduação em Pedagogia (1998) e Especialização em Supervisão Escolar (2004) pela mesma Universidade. Atualmente desenvolve atividades profissionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO como Técnica em Assuntos Educacionais nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editoras-chefe: Ana Carolina de Carvalho Viotti
Karina Anhezini de Araujo

Editor Associado: Eduardo Romero de Oliveira

Submissão: 16/ 09 /2024

Aceite: 14/10/2024